

Sob sol, chuva e moscas: os quiosques na cidade de São Paulo (1880-1910)

Under the sun, rain and flies: the kiosks in the city of São Paulo (1880-1910)

*Daisy de Camargo**

RESUMO

O artigo versa sobre a saga da instalação dos quiosques na cidade de São Paulo no decorrer dos anos de 1880 até sua extinção, com as reformas urbanas ocorridas nas décadas de 1910 passando pela análise desse objeto e suas ligações com as influências do mobiliário urbano e reformas haussmannianas parisienses sobre as cidades brasileiras, assim como da maneira que foram reapropriados nessa cidade, conforme especificidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil; São Paulo; espaço urbano; reformas urbanas; quiosques; bebidas alcoólicas.

ABSTRACT

The article deals with the saga of installing kiosks in the city of São Paulo in the 1880s until their extinction, due to the urban reforms occurred in the 1910s, analysing this object and its links with the influences of urban furniture and parisian Haussmannian reforms upon the Brazilian cities, as well as the way that they were reappropriated in that city, according to local conditions.

KEYWORDS: Brazil; São Paulo; urban; urban reforms; kiosks; alcoholic beverages.

*À criança e ao borracho põe-lhes
Deus a mão por baixo...*

[Provérbio paulistano do século XIX]

O objetivo desse artigo é percorrer o caminho da instalação dos quiosques de vendas de bebidas na cidade de São Paulo, no transcurso dos anos de 1880 até seu desmantelamento, ocorrido na década de 1910. Esse período dá conta de intervenções urbanas que ocorreram na década de 1870 na cidade de São Paulo, no que diz respeito aos códigos de obras de 1875, durante a gestão de João

* Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista “Julho de Mesquita Filho” (UNESP/Assis) e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) / Brasil.

Teodoro (1872-1875), que decretaram a condenação das técnicas e formas construtivas da tradição ibérica que imperava até então na cidade; e a intervenção do poder público na regulação arquitetônica e urbanística da cidade; e o “bota-abaixo paulistano”, efetuado a partir de 1912, com a demolição de grande parte do centro – Rua Direita, 15 de Novembro, Rua do Quartel, Santa Teresa e Esperança (as três últimas para ampliação da Praça da Sé). Essas modificações tinham como bojo uma nova proposição de exibir a cidade. (BARBUY, 2006: 28). É lógico que populares bebendo e atirando impróprios nos espaços públicos não combinavam com essa nova proposta de urbanidade que emerge.

Essa novidade do pensamento urbano foi alavancada pelas reformas efetuadas por Haussmann (prefeito parisiense sob o Império de Napoleão III), na cidade de Paris no decorrer do século XIX. Esse conjunto de transformações urbanas foi um modelo a ser espalhado e comprado por todo o mundo, partindo para muitas das capitais européias, tais como Londres, Berlim, Madrid, Lisboa, Bruxelas, Roma, Viena; e chegando às cidades americanas, como Chicago, Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Paulo.

Não obstante, a São Paulo do final do século XIX estava longe desse modelo de assepsia. Era ainda uma cidade misturada, que obrigava uma convivência entre negros e brancos, ricos e pobres, damas e mulheres desconsideradas. É claro que essa coexistência incomodava e era repleta de conflitos e repúdios. A reforma efetuada pela prefeitura na Praça da Sé, durante a administração de Antonio Prado e Rogério Duprat tinha como objetivo varrer a geografia do prazer e da embriaguez.

Todavia, muito antes dessa cirurgia drástica, o poder público, sobretudo a partir do Código de 1886, vistoriava tabernas e quartos alugados por homens e mulheres considerados de ínfima classe social. Na ampliação do controle estatal sobre o mundo do prazer, que culminaria com a tentativa de extinção da boemia popular no centro da cidade, nos anos de 1910 e 1920, a vigilância da grande imprensa era perspicaz, assim como a leitura das autoridades policiais, jornalistas, pessoas respeitáveis, memorialistas, que retratavam os arredores da Sé, onde havia muitos botequins, e muitas pessoas

pobres eram presas por embriaguez, como um labirinto de tabernas e quiosques. (GONÇALVES, 1919).

Frege-moscas

Ali, fritava-se de tudo, principalmente insetos, que se apinhavam em nuvens escuras. Daí o apelido carinhoso de *frege-moscas*. Ali, bebia-se de tudo, sobretudo aguardente. No fogareiro à gás deitavam-se bifés, lascas de fígado, rodela de batatas, sardinhas fritas no azeite, bolinhos de bacalhau, café em tigelas, vinho em canecas, aguardente em “*martelos*”. (SCHMIDT, 2003: 93-94)

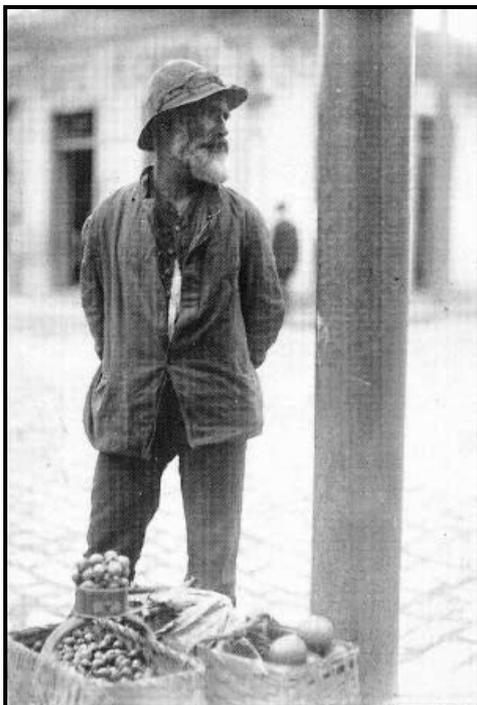
À vista de todos, os garrafões de vinho, os ancorotes de cachaça brava¹, conhaque, capilé, cerveja, o que permitia diversas misturas: cerveja com groselha ou com vinho tinto, cachaça com qualquer coisa que escorresse. Para desanuviar os pensamentos, cigarros de palha, charutos, fumo de corda, doces, jornais, jogos de loteria. (BRUNO, 1991: 1155)

Do lado de dentro, um português de bigodes abastados e retorcidos, sem paletó, em mangas de camisa, ficava no comando. (MILANO, 1949: 29) Do lado de fora, escravos forros, vendedores de jornais, engraxates, carregadores, homens e mulheres vendedores ambulantes, cocheiros, vagamundos de toda a sorte, filósofos diletantes, quase todos descalços, roupas puídas, chapéus amassados e gastos, encostavam os cotovelos nos balcões para jogar conversa fora, entornar copos oitavados de caninha, no perfume de fumo e pimenta. (SCHMIDT, 2003: 93-94).

Nas quatro fotos seguintes, Vincenzo Pastore retrata o perfil da freguesia dos quiosques num trabalho quase único de flagrante fotográfico de tipos populares do começo do século XX. Vemos nessas imagens os mesmos tipos descritos pelos memorialistas, que se encostavam nos balcões dos quiosques, pessoas mais pobres, como ex-escravos, carregadores de malas, ambulantes, quase todos descalços e de chapéu amarrotado.

¹ Sobre os ancorotes, escreveu Camara Cascudo: “Não tenho notícia, em Portugal e Brasil, da vasilha denominada âncora. Existem os barriletes ancorotes e ancoretas, transportando água ou cachaça, esta para o engarrafamento. Os sufixos denunciam a redução na capacidade. As ‘âncoras’ seriam bem maiores. Ancorotes e Ancoretas podem conter até cinquenta litros de aguardente”. (CASCUDO, 1986: 29).

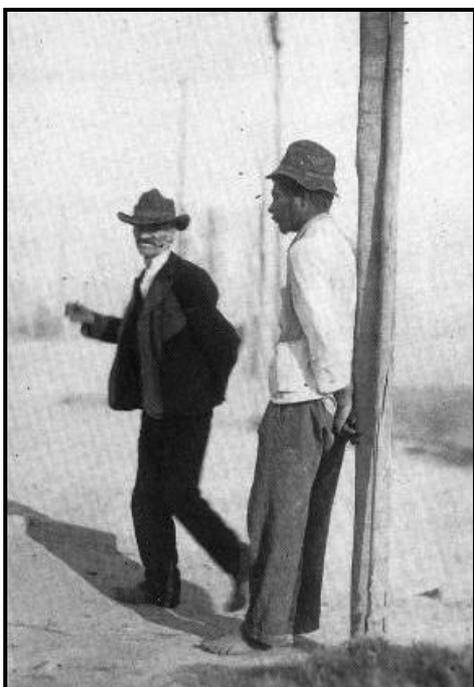
Fotografia Nº 1



Fotografia Nº 2



Fotografia Nº 3



Fotografia Nº 4



Fonte: Vicenzo Pastore, 1910c. Instituto Moreira Salles.

Um desses fregueses, apontados pelo memorialista Miguel Milano, era Mestre Chico, bastante representativo do público que se apinhava em torno desses comércios. Mestre Chico era sapateiro, freqüentador de vendas e quiosques, e, apesar de suas parcas rendas, era bastante conhecido pela magnanimidade com que pagava cachaça e mata-bichos a quem quisesse; pelas bravatas, histórias originalíssimas e absurdas, inventadas e narradas em tom macarrônico. Morava na parte mais alta de um porão de um prédio da ladeira Tabatinguera, esquina com Boa Morte, onde também instalara sua *Sapataria Individiata* (Sapataria Invejada), em que se misturavam uma cama-de-vento, uma prateleira muito rústica que acomodava algumas fôrmas de sapatos, dois bancos longos, uma banquetta, uma cadeirinha do tempo do onça. Esse era o mundo do Mestre Chico: muito trabalho de terça a domingo, muita bebedeira às segundas feiras nos quiosques do centro da cidade. (MILANO, 1949: 96).

Como cogumelos

Os quiosques eram feitos de madeira e de formato cilíndrico, com um estreito balcão de zinco que dava para todos os lados, na altura do peito dos fregueses. Só podiam ser abertos em lugares autorizados, por particulares que preenchessem certos quesitos e deveriam ser construídos segundo um modelo de planta proposta pela câmara municipal. Esse projeto possuía a arquitetura de uma barraca oitavada. Era quase um guarda-chuva aberto protegido por uma palissada de tábuas. (SANT'ANNA, 1939: 42). Comia-se e bebia-se sob sol e chuva, deixando espalhar, incontroláveis, as moscas, vozes pastosas e alteradas, a fumaça das iguarias, o cheiro de cachaça, por até duas braças de rua, pondo água na boca e inveja na gente distinta que passava a quatro metros de distância. (SCHMIDT, 2003: 94).

A primeira menção localizada nas Atas da Câmara sobre o assunto data de 1872, de parte de Veríssimo e Irmão, pedindo para instalar nos largos da Memória, Misericórdia, da Cadeia, e Estação da Luz um café portátil, a semelhança dos que se acham na corte.

Depois desse primeiro sinal, vários outros negociantes pedem concessão para obter o privilégio de monopolizar o empreendimento por toda a cidade, para acomodá-los, iguais em dimensões e ornatos aos existentes no Rio de Janeiro. Eram eles: Augusto Duprat, Avelino de Souza Figueiredo, João Antonio Baptista Rodrigues, Antonio José Pinto, Andréa Franchi e Canterini, Egedardo Bailly de Pressy, Ângelo e Domenico Puglia.

Em junho de 1881 a Comissão de Obras manda que o Engenheiro Municipal levante uma planta para instalação desse “*melhoramento*”. Dada a chuva de pedidos e a atenção voltada pela Câmara, lógico que se tratava de um bom investimento para os exploradores, uma nova modalidade de arrecadação e, ao mesmo tempo, uma preocupação com o aformoseamento urbano, por parte da municipalidade.

Depois de tantas solicitações, desta vez, foi um outro cidadão, Porfírio Alvarez da Cruz, que obteve uma concessão para estabelecimento nos Largos da Sé, do Rosário, do Carmo, Sete de Setembro, Estação do Norte, Estação da Luz, Mercado, Riachuelo, Municipal, do Jardim, Matadouro e Estação Sorocabana, conforme planta apresentada pelo Engenheiro da Câmara. Alvarez da Cruz, pessoa muito bem relacionada e influente na urbe de então, conseguiu, de uma vez só, alojar seus quiosques nos principais largos da cidade, que logo depois foram sublocados a pequenos comerciantes.

Por conta da negligência desse primeiro concessionário, novos pretendentes apelaram para a edilidade, solicitando licença para o estabelecimento de outros e inclusive em pontos já requeridos pelo próprio Porfírio Alvares da Cruz, que provavelmente não os aproveitara convenientemente. Com o tempo, Cruz saiu de cena e outros exploradores desse comércio se apresentaram nos pequenos quiosques, que se alastravam por toda a cidade como cogumelos. (SANT’ANNA, 1939: 42).

A hora do piquenique e da vitrine

O certo é que, depois dessa concessão, as solicitações isoladas de pequenos comerciantes irrompem. E os quiosques também seguem igual

caminho, sempre deferidos em conformidade com planta preparada pelo Engenheiro Municipal.

Infelizmente, esse projeto não foi localizado nos arquivos, mas por base em todas as descrições de época, o modelo desenhado pelo engenheiro é similar aos registros fotográficos de quiosques instalados no Rio de Janeiro (como os que seguem nas fotos de número 5 e 6), capital do Império, centro cultural, porto de entrada e saída, cartão de visita do país, exportador de modas para outras cidades e importador de novidades das metrópoles de além Atlântico. (SEVCENKO, 1998: 522). Consta na legenda da foto de número 5, um trecho de um texto do cronista Luiz Edmundo, dando conta do péssimo hábito do *pé-rapado* cuspir no chão antes de tomar o trago, e denotando uma repugnância pelo entorno do quiosque: “Tudo aquilo era saliva”.

Fotografia Nº 5



Nota: Quiosque instalado na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: *Nosso Século (1900/1910)*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

Fotografia Nº 6



Fonte: *O Malho*, 1952, n. 52, p. 66. Fundação Casa de Rui Barbosa. Embora seja da década de 1950, *O Malho* recorda os quiosques dos tempos de Dom Pedro II.

Nos idos dos anos de 1890 os quiosques continuavam em atividade. Embora sublocados e repassados, nessa época surge um concessionário que novamente monopoliza as licenças: o Barão de Ibirocay, apelidado pela imprensa de Barão de *E-birou-quiosque* (SCHMIDT, 2003: 93), proprietário da Empresa Industrial de Quiosques, que também centralizava esses estabelecimentos na cidade do Rio de Janeiro.²

Essa alcunha apresentada ao Barão não foi nada inocente, nem à toa. Nessa altura as elites já encastoavam com os quiosques espalhados pela cidade e havia uma campanha para sua pulverização. Gente que implicava com os barulhos e cheiros daqueles grupos de indivíduos de “baixa condição”, como diz Nuto Sant’Anna:

Nos quiosques, uma espécie de botequim, se grupava gente de baixa condição, paus-d’água, vadios, mulheres exalando um cheiro pronunciado de cachaça, bodum e iodofórmio. Esse poviléu barato ia bebendo e ia discutindo. Seres desbocados, chegava a hora dos

² No caso de São Paulo, a Companhia Industrial de Quiosques foi localizada em vários documentos, tais como: *Completo Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895 (contendo todos os municípios e distritos de paz), nono anno, reorganizado segundo os decretos por Canuto Thorman*, São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1895, pp. 243-244; Livro 756 – Alvará – licença – indústria e profissão – 1896 a 1898, Seção de Manuscritos do Arquivo Municipal W. Luís, Papéis Avulsos.

palavrões. E havia sarilhos. Grupos às correrias ou vociferando. E, diante disso, os moradores das circunvizinhanças protestavam. Pediam a transferência deles. E assim foi crescendo a sua impopularidade. (SANT'ANNA, 1939: 55).

Nesse período, o que pipoca nos documentos dos arquivos são os pedidos de moradores inconformados com essas presenças pouco queridas. Apropriados pela população pobre e alojados nos centros urbanos, os quiosques foram desmantelados no Rio, durante a gestão de Pereira Passos (1902-1906), cujas reformas urbanas, balizadas nos projetos haussmannianos de Paris, expulsaram os pobres para os morros e afrancesaram a cidade, como discorre Sevcenko:

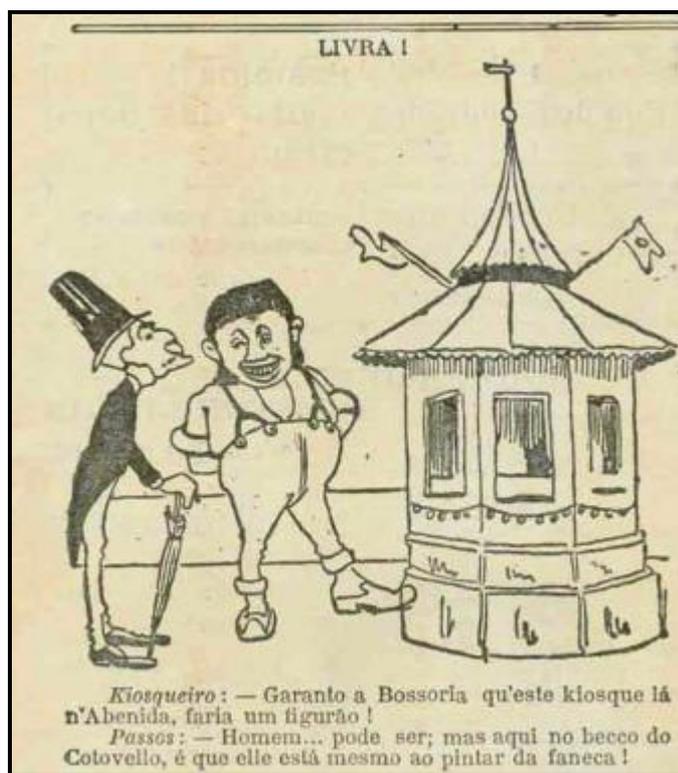
O símbolo máximo da Regeneração, porém, ficou sendo o eixo fundamental do projeto de reurbanização, a avenida Central. Inspirada no planejamento dos bulevares parisienses conforme o projeto dos AM-plos corredores comerciais do barão de Haussmann, prefeito plenipotenciário de Paris sob o Império de Napoleão III, a Avenida introduzira na capital a atmosfera cosmopolita ansiada pela nova sociedade republicana. Não só os produtos à venda nas vitrines de cristal eram via de regra franceses, assim também eram as roupas e os modos dos consumidores, tanto quanto os bandos de pardais encomendados pelo prefeito Pereira Passos, por serem típicos de Paris. O caráter suntuoso da Avenida era acentuado pelas fachadas em arquitetura eclética, oferecendo um cenário para o desfile ostensivo da nova sociedade e instigando a animação do consumo conspícuo. Como observou atento Lima Barreto “de uma hora para outra, a antiga cidade desapareceu e outra surgiu como se fosse obtida por uma mutação de teatro. Havia mesmo na coisa muito de cenografia”. Um novo cenário, uma nova peça e uma nova ética. (SEVCENKO, 1998: 545).

Imagem Nº 1



Nota: *O Malho*, 18 de maio de 1907, n. 244, ano VI, s. n. p. Fundação Casa de Rui Barbosa. Na imagem, Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, mostra-se indignado com os quiosques, assim como ocorreu com o prefeito Antonio Prado em São Paulo.

Imagem Nº 2



Nota: *O Malho*, 1905, n. 169, p. 17. Fundação Casa de Rui Barbosa. A fala do quiosqueiro, que troca o *v* pelo *b*, é uma piada sobre o sotaque luso

Essa vontade de mudança de cenário também é nítida durante a gestão de Antonio Prado (1898-1910) na prefeitura do município de São Paulo. Membro de influente família da elite paulistana, muito interessado em converter a cidade em ambiente “civilizado” e europeizado, esse prefeito tomou uma série de medidas visando reverter a imagem da *urbe* num pulo, de ares provincianos à metrópole próspera, com passos acertados com a capital federal e com as metrópoles européias. Esse sonho de metamorfose de vitrines e cartões postais foi congelado pelo fotógrafo Guilherme Gaensly. No cenário capturado pelas imagens de autoria desse fotógrafo sobra elegância, limpeza, sinais de progresso e civilização, como os bondes, a Brasserie Paulista, a Confeitaria Castelões. Foi, por exemplo, sob a administração de Prado que o Jardim da Luz acabou sendo remodelado, de acordo com as prescrições do paisagismo inglês, para enriquecer o *footing* da elite, trajada de chapéu, colarinho e gravata,

regada à *chopp* oferecido no restaurante da Bavária. (SCHAPOCHNIK, 1998: 450-451).

A área central de São Paulo, pesada como não civilizada, também foi reformulada, passando por demolições excludentes e pela construção de edifícios oficiais monumentais. Ruas foram alargadas, garantindo circulação dos fluxos e visibilidade dos novos edifícios. Residências populares, caracterizadas por uma arquitetura à portuguesa, com paredes caiadas, beirais e telhas coloniais, sobreviventes até a década de 1910, foram expulsas. O prefeito que se seguiu, o Barão de Duprat, continuou no mesmo caminho, com instalação de novas áreas de lazer na região central, como o Parque Anhangabaú e o D. Pedro II, o saneamento das várzeas e, mais uma vez exclusão de outros casebres do entorno imediato, que por acaso tivessem sobrevivido ao “bota – abaixo” anterior. (MARINS, 1998: 179-180).

Fotografia Nº 7



Nota: Largo do Rosário em direção à rua São Bento, 1902. À esquerda, bonde da linha Liberdade-Tiradentes e a confeitaria Castelões. Foto Guilherme Gaensly. Acervo: Fundação Patrimônio da Energia

Fotografia Nº 8



Nota: Rua São Bento, 1902. Ao fundo, o largo São Francisco. À direita, os escritórios da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Ao centro, o bonde da linha Liberdade. Foto de Guilherme Gaensly. Acervo: Fundação Patrimônio da Energia.

O esforço de racionalização e ordenação converge para a imagem pretendida para a capital do café. A eliminação dos botecos do centro e de um casario colonial à portuguesa é um aviso de que chegou a hora da sociedade da vitrine, do piquenique, das confeitarias e cafés luxuosos. Nesse novo cenário, botequins, tabernas, quiosques, barris de bebidas e toda sorte de gêneros pendurados nas portas, não eram bem vindos. Também não estava nesse *script* paus d'água bebendo a céu aberto, andando pelas ruas vociferando palavrões e sarilhos.

Ventos haussmannianos

Entretanto, para se entender a saga dos quiosques é preciso localizá-

la nas grandes inquietações urbanas que surgem nesse período, além da história das cidades brasileiras. Esse equipamento urbano, característico da segunda metade do século XIX, transmite as preocupações com o embelezamento das cidades, em face de um momento em que cabia dar ao espaço público um plano e um sentido; impulso evidentemente dado na Paris de Haussmann e espalhado pelas capitais européias e depois para as periferias do mundo.

A palavra *quiosque* vem do persa *Kouchk* e do turco *Kioshk*, cujo significado é pavilhão de jardim. (FERREIRA, 1986: 1438). Sucedâneo do café, da taberna, é uma loja miniatura acessível aos bolsos mais parcos.

Apropriados pelos comerciantes portugueses aqui no Brasil, não eram uma novidade em Portugal. O primeiro instalado em Lisboa, no Rossio, data de 1869. Seu nome oficial era *Elegante*, mas os seus freqüentadores populares o apelidaram de *Bóia*. Não deixa de ser uma boa designação: bóia, baliza, âncora, ponto de referência, de encontro e salvamento, de mudança de roteiro e de turno, para descansar, retomar o fôlego e tomar uns copinhos.

Na cidade de Lisboa, a iniciativa surge a partir da idéia de Thomaz José Fletcher de Mello Homem, um artista boêmio, que trouxe o conceito de uma estadia em Paris e fez de tudo para levar às autoridades sua proposta de aformoseamento. Consta das Actas das Deliberações da Assembléia Municipal de Lisboa o pedido de Joaquim José Rodrigues da Câmara, que acampou o projeto:

Senhores – Proponho que se officie ao governo de Sua Majestade, dizendo que a camara approva a collocação dos “kioskos” propostas pelo Sr. Dom Thomaz de Mello, como uma coisa útil, e, até certo ponto, como um meio de embellesamento; mas que, dependendo de approvação superior a referida collocação, se pede a autorização necessária.

Lisboa, 4 de Novembro de 1867.

Joaquim José Rodrigues da Camara. (BONY, 2004: 16).

Os quiosques fazem parte, portanto, de todo um conjunto de interesses e modismos despertados pela influência da Paris haussmanniana. Napoleão III, impressionado com avanços tecnológicos de Londres, por conta de suas visitas a essa cidade entre 1846 e 1848, encomendou ao prefeito de Paris, barão Georges-Eugène Haussmann, a elaboração de um projeto de remodelação dessa *urbe* com intuito de torná-la um exemplo do que havia de mais moderno,

asséptico, arejado e fluído no que tange à circulação. Entre outras, já que também o controle social está presente. Lógico que, através da oferta de certo conforto proporcionado pela infra-estrutura, tais como redes de água e esgoto, transporte de massa, apresenta-se uma proposta de estratégias de disciplinarização da população mais pobre, bem como sua expulsão do centro da cidade. No mesmo esteio, a abertura de ruas medievais e sua transformação em grandes bulevares dificultavam a formação de barricadas no caso de sublevações populares.

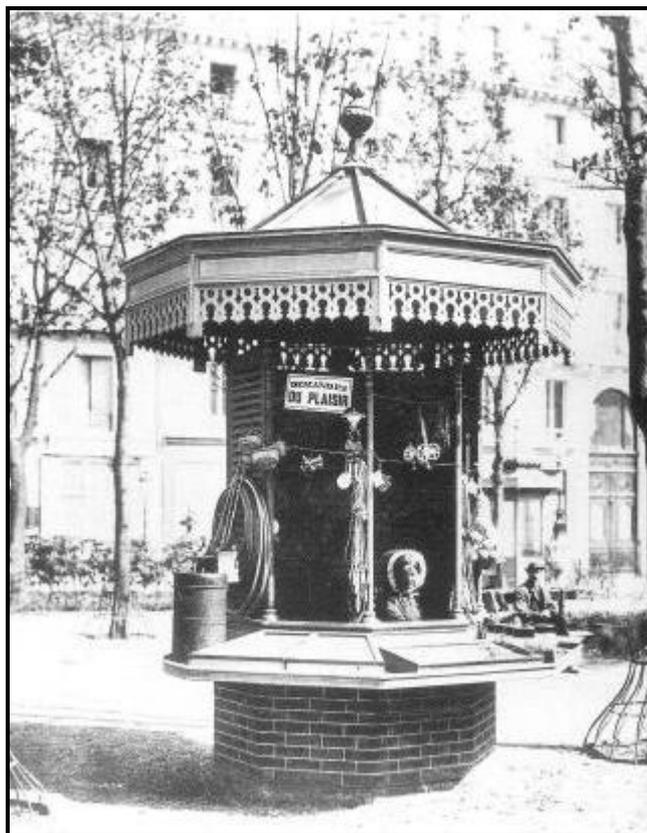
Cercado de uma equipe multidisciplinar, Haussmann realiza uma série de ações no espaço urbano, com ancoragem em legislação. O problema do plano regulador para uma cidade moderna foi colocado, pela primeira vez, em escala apropriada à nova ordem econômica norteadada pela especulação imobiliária. Nesse período Paris praticamente dobra seu número de habitantes (de um milhão e duzentos mil para dois milhões).

Entre as obras executadas por Haussmann, em dezessete anos de poder, destacam-se as obras viárias (urbanização dos terrenos periféricos, traçado de novas retículas viárias, abertura de novas artérias nos velhos bairros, reconstrução de edifícios ao longo do alinhamento); construções de edifícios públicos; criação de parques públicos; renovação das instalações da velha Paris, como as hidráulicas.

O arquiteto Gabriel Davioud, aluno brilhante da Escola de Belas Artes, foi o responsável pela concepção de todo o projeto de mobiliário urbano. Talvez, tenha sido a primeira vez que foi dada atenção a esse conjunto de objetos leves, mas não móveis, voltados a servirem para serviços e confortos, como quiosques, bancos, cestos de lixo, luminárias, mictórios, grades, candeeiros, que, para além dos usos corriqueiros, foram percebidos enquanto contribuição para o espaço e a harmonização da estética urbana.

Ao notar o esgotamento da rigidez neoclássica, Davioud cria, nesse projeto, um estilo autoral, bastante marcado pelas formas vegetais, pela variedade de emprego de suportes, cores e texturas, desvelando o *Art Nouveau* que se tornaria febre, a começar pelas saídas de metrô feitas por Guimard das quais nos enamoramos até hoje. (BONY, 2004: 19).

Fotografia Nº 9



Nota: Quiosque octogonal localizado em Arts et Métiers, Paris, 1877. Foto: Charles Marville. (MONCAN & HEURTEUX, 2002).

O projeto do mobiliário urbano parisiense concedeu à cidade uma homogeneidade e talvez até uma organização racional que seria tão valorizada no XIX. A saber, foi um modelo a ser espalhado e comprado por todo o mundo. Na segunda metade desse século muitas das capitais européias –Londres, Berlim, Madrid, Barcelona, Lisboa, Bruxelas, Roma, Viena– sofreram intervenções urbanas correlatas, que envolveram demolições de muitos bairros do medievo, abertura de grandes vias e novos bairros. Enfim, a palavra era pôr ordem no espaço com o objetivo de prepará-lo para uma futura expansão urbana.

Em Lisboa, além dos quiosques, uma das marcas haussmannianas mais emblemáticas é o projeto das Avenidas Novas, de Frederico Ressano Garcia, engenheiro da Escola Politécnica de Lisboa e aluno da École des Ponts et Chaussées de Paris; e, sobretudo, a abertura da larga Avenida da Liberdade, que liga o Rossio ao Campo Grande. É também Garcia que, em 1895, estabelece um

plano para os quiosques. A partir de então, as autorizações só seriam concedidas aos licenciados que obedecessem às normas de localização, dimensão e planta, conforme dois padrões aprovados pela Repartição Técnica. São criados e resolvidos então modelos de quiosques, mictórios, iluminação a gás, todos fortemente influenciados pelos desenhos franceses de Davioud. (BONY, 2004: 24). Esse tipo de mobiliário não ficou circunscrito na capital portuguesa e há registros de quiosques instalados na cidade do Porto nesse período. (PACHECO, 1998: 125-167).

Imagem Nº 3



Nota: Quiosque Tivoli, um dos mais antigos sobreviventes de Lisboa. (BONY, 2004).

De uma maneira geral, o quiosque possui uma cúpula que pode exibir uma flecha ou decoração de ferro forjado. A cobertura pode ser cônica, piramidal ou circular; e os materiais diversificam-se entre madeira, ferro ou zinco. Ainda que variem na forma, suportes e penduricalhos, seguem um certo norte no que diz respeito ao *design* arquitetural. É demarcada a estrutura tripartida composta

por uma base, um corpo e uma cobertura. As bases são predominantemente hexagonais ou octogonais, sendo que em São Paulo, a planta aceita foi nesse último formato. Mas existe uma intersecção fixa em todos os quiosques vendedores de bebidas, de Paris a Lisboa, Dresden ou Rio de Janeiro e São Paulo, ou qualquer outro lugar em que eles tenham pousado: um balcão estreito, fixado numa das faces ou em toda a sua volta. Apesar da exposição às intempéries, os balcões dos quiosques não deixam de ter uma certa relação de continuidade das tabernas e botequins: o de beber com a barriga ali encostada. A diferença fica por conta da falta de proteção das paredes, portas e janelas e de uma maior exibição à vigilância e às intolerâncias.

Desse período de instalação dos quiosques haussmannianos do século XIX em Lisboa sobreviveram alguns, como o Tivoli. Essa cidade ainda hoje é repleta de quiosques, mas o que se vê hoje é uma mescla de gerações posteriores de projetos que utilizam novos materiais, como aço, inox, vidro. Não obstante, há muitos modelos antigos, incluindo os de bebidas, que continuam lá, protegidos pelos donos. (BONY, 2004: 31-32).

Très chic na bancarrota

Enfim, quando os quiosques apareceram como proposta de embelezamento e exploração de renda na cidade de São Paulo, não representavam novidade para os portugueses, que, de pronto, tomaram conta desse comércio. O projeto de mobiliário urbano *très très chic*, na sua interpretação local, apropriada pelos comerciantes patrícios e pelo populacho, foi à bancarrota nos seus primeiros objetivos de requinte.

A história urbana até o início do XX sempre se referenciou a partir de padrões estrangeiros, primeiro portugueses e a partir do final do XIX, sobretudo franceses, por conta do impacto das reformas haussmannianas. Evidentemente que isso não quer dizer que as histórias locais não tenham dinâmica interna; muito pelo contrário, falo aqui de contaminações e de apropriações de alguns gostos, conceitos e projetos, de acordo com o que acontecia na história da cidade de São Paulo, com suas tradições e mentalidades particulares. (BARBUY, 2006: 20).

Mas é certo que com a perseguição e investida de extinção das tabernas na cidade, tratada anteriormente, o poder público passa a intervir de forma veemente nas iniciativas de instalação de quiosques. Beber só de pé e se o consumo já tivesse se efetuado, a ordem era circular. Trata-se de uma procura de dissolução dos espaços informais dentro do núcleo urbano da cidade. Mas é claro que estas experiências de estancamento não são totalmente bem sucedidas e as resistências se dão de maneira recôndita. As tabernas desaparecem ou mudam de nome, as lojas de secos e molhados, botequins, padarias e casas de pasto persistem; e os quiosques são apropriados pela população mais modesta, tornando-se pontos de encontro peculiares.

Outrossim, não se pode afirmar que os anseios da elite cafeeira transmutaram o espaço urbano, mas, sim, que atuaram dentro de um campo de forças. Nem se pode acreditar cegamente na assepsia dos bulevares e das vitrines das fotos de Gaensly, mas sim considerá-las um lado aparente que se pretendia mostrar. (OLIVEIRA, 2005: 385).

Entretanto, o que importa aqui ressaltar é a perspectiva de descortinar o universo do consumo das bebidas alcoólicas como um processo criativo de reapropriação. A criança toma essa atitude o tempo todo e de maneira mais livre porque ainda não teve seu fluxo de consciência totalmente domesticado e coagido. Ela faz dos óculos um avião e vira um piloto. Reapropriação é isso: é a descoberta de que os óculos podem virar um avião, de que uma iniciativa pública de higienização dos hábitos populares, como a instalação dos quiosques, pode ser deslocada como um propulsor de laços de sociabilidade. E essa é a grande resistência do mundo do consumo dos objetos: a desobediência e a subversão do seu uso.

A história dos quiosques de São Paulo, seus martelos de cachaça, garrafões de vinho, é um bom exemplo da riqueza de se explorar a marginalidade, os contornos, posto que muitas vezes é a partir daí que as coisas dizem e se espalham.

Acontece dessas margens, dos gostos populares, serem refugados pelas fontes memorialistas de cunho elitista. As fotos-vitrines de Guilherme Gaensly não captam essas bordas, mas Vincenzo Pastore nos dá de presente. Cabe ressaltar também a leitura de cronistas como Afonso Schmidt, de caráter raro,

sem dúvida, sobretudo na sua simpatia pelo saborear da gente do povo, sem julgamentos e recusas, dada sua vocação libertária, articulando temas da vida anônima da antiga cidade e trazendo à tona o que interessa: a inveja que os transeuntes engravatados sentiam do cheiro de pinga com sardinha que exalava dos quiosques, as disputas aparentemente tolas pelo espaço público, o ciúme, a ganância, o desdém, o conflito daí representado, novas vontades, sensibilidades, as blasfêmias atiradas de lado a lado, as cusparadas e repúdios, mal-estares, expressam muito mais sobre os processos de metropolização, a passagem do Império para a República, a inserção de forros e pobres na experiência urbana, do que as trocas de poder, fardas e tronos.

Bibliografia

BARBUY, Heloisa. *A cidade – exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

BONY, Claudie, *Uma história de quiosques*. Lisboa: Artemágica, 2004.

BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. Editora Hucitec: São Paulo, 1991.

CASCUDO, Luis da Camara. *Prelúdio da Cachaça*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MARINS, Paulo Cesar Garcez. Habitação e vizinhança limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3 – República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 131-214.

MILANO, Miguel. *Os Fantasmas da São Paulo Antiga* (Estudo Histórico – Literário da cidade de São Paulo). São Paulo: Editora Saraiva, 1949.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém* (relações sociais e experiência da urbanização São Paulo, 1850-1900). São Paulo: Alameda, 2005.

PACHECO, Helder. Tradições e agires (as freguesias do Porto), *Revista Povos e Culturas*, Lisboa: Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Nº 3, 1988, pp. 125-167.

PINTO, Raul Simões. *As tascas do Porto*. Porto: Afrontamento, 2008.

MONCAN, Patrice de & HEURTEUX, Claude. *Le Paris d’Haussmann*. Paris: Les Éditions du Mécène, 2002

MOTTA, Cássio. *Cesário Motta e seu tempo*. São Paulo: s/e, 1947.

SANT'ANNA, Nuto. *São Paulo Histórico* (aspectos, lendas e costumes). Volume III. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Departamento de Cultura, 1939.

SCHAPOCHNIK, Nelson, Cartões - Postais, álbuns de família e ícones da intimidade. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3 – República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 423-512.

SCHMIDT, Afonso. *São Paulo de meus amores*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

SEVCENKO, Nicolau, A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Volume 3 – República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 513 – 619.

Documentos

ATAS da Câmara do Município de São Paulo, vol. 58, 1972; vol. 64, 1878; vol. 65, 1879; vol. 66, 1880; vol. 67, 1881; vol. 67 1881; e vol. 68, 1882.

COMPLETO Almanak Administrativo, Commercial e Profissional do Estado de São Paulo para 1895 (contendo todos os municípios e distritos de paz), nono anno, reorganizado segundo os decretos por Canuto Thorman. São Paulo: Editora Companhia Industrial de São Paulo, 1895.

Livro 756 – Alvará – licença – indústria e profissão – 1896 a 1898, Seção de Manuscritos do Arquivo Municipal W. Luis, Papéis Avulsos.

Colaboração recebida em 07/10/2009 e aprovada em 15/11/2009.